



O golpe ameaça a existência da Rede Federal de Educação Análise de conjuntura dos plantonistas

Sabemos que de golpe e bravatas vive o moribundo governo Temer. Nestes pouco mais de dois anos do golpe, orquestrado pelo Judiciário, imprensa, empresários e por parlamentares lacaios, uma agenda neoliberal e reacionária promoveu um verdadeiro assalto no campo dos direitos. Lá se foram direitos trabalhistas, políticas de emprego, programas sociais, privatizações etc. A dignidade das pessoas está sendo destruída por conta do aumento das epidemias, desemprego, fome. A meta é desmontar o serviço público, não temos dúvida disso. Mas resistiremos e enfrentaremos esses ataques!

Se tudo isso não fosse o suficiente para destruir o que foi construído historicamente neste país, o forte alvo alcança a educação pública. Além do famigerado Escola Sem Partido (Lei da Mordaza), tivemos o avanço de um processo privatista que aprovou a Reforma do Ensino Médio e busca agora a reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que para além de qualquer outra coisa simboliza o “golpe do golpe” na educação brasileira.

Quem viu a expansão da Rede Federal de Educação, mesmo com todos os seus problemas, quando saímos das pouco mais de 100 escolas até o governo FHC para mais de 600 escolas nos governos Lula e Dilma, agora vê o desmonte se materializar no Redimensionamento como política educacional de Temer, que não passa de uma política de desmonte e fechamento de escolas da Rede Federal; no avanço do Escola Sem Partido, que

criminaliza o ato de educar, transformando professores em “bandidos” amordaçados; na Reforma do Ensino Médio, que além de ser um retorno piorado à década de 1990 e de empurrar os jovens com menor renda para o subemprego, promoverá a privatização da Rede Federal; e na Reformulação da BNCC, que é uma concepção contrária ao que historicamente defendemos, o grande retrocesso marcado pelo retorno pesado à educação bancária, e que tem recebido elogios apenas das fundações e institutos empresariais como Instituto Ayrton Senna, Todos Pela Educação, Fundação Itaú Social, Fundação Paulo Lemann etc.

Companheiras e companheiros, diante desse quadro cinzento em que estamos vivendo, só nos resta avançar, sem deixarmos que se consolide o projeto neoliberal das “élites do atraso”, que tem se sustentado na lógica da falência do Estado para nos atacar, desmontar o serviço público e avançar na destruição da Rede Federal de Educação. Vamos à luta, o SINASEFE é a nossa arma!



O que Lula Livre tem a ver com Estado Democrático de Direito?



Fase 1: o processo do Golpe

A fundação do BRIC em 2006, que se concretizou em 2011 com o acréscimo da África do Sul, constituindo o BRICS, coloca o Brasil no centro das atenções do governo americano. Afinal, esse fundo vai ameaçar a moeda americana e colocar em cheque o Banco Mundial e o FMI uma vez que o lastro do dólar não é ouro armazenado no Banco Central Americano, mas o comércio do petróleo em dólar, acordo este firmado entre a família saudita e o governo americano em 1973.

A criação da Unasul (União das

Nações Sul-Americanas) em maio de 2008, vindo a se consolidar em maio de 2010, com a eleição do seu primeiro secretário-geral, o então presidente argentino Néstor Kirchner, constituem razões expressivas para os acontecimentos que se seguiram até a derubada da presidenta Dilma.

A descoberta do pré-sal em 2006, sua prospecção a partir de 2008, a criação da estatal denominada Pré-Sal Petróleo S.A. em agosto de 2010, a criação do fundo social e do regime de partilha, ou seja, o novo marco regulatório destinando 75% dos royalties à educação e 25% à saúde foram tam-

bém fatores que desagradaram à poderosa indústria do petróleo e constitui um dos momentos mais acirrados no Congresso Nacional entre situação e oposição.

Com as riquezas do pré-sal avaliadas em cerca de vinte trilhões, nossa soberania estava a um passo, pois haveria muito dinheiro no futuro próximo para se investir em saúde e educação. Revelações feitas pelos jornalistas Glenn Greenwald e Edward Snowden sobre espionagem dos órgãos de inteligência americanos ao governo brasileiro e suas estatais, especialmente à Petrobras, espionagem essa que muni-

ciou todas as ações da Polícia Federal na Operação Lava Jato, conforme foi se desenvolvendo o golpe, chegando ao ponto de grampearem inclusive o telefone do avião presidencial, em razão de que as ações de governo eram muitas vezes tratadas desse telefone. Foi justamente esse caso que levou, em 2013, ao cancelamento de uma visita Dilma aos EUA, criando um mal estar diplomático entre os dois países.

Isso deveria ter sido um alerta máximo para as ações do governo e um indicativo real de que os EUA tinham interesse especial nas ações do governo brasileiro. Outro setor que estava incomodado com o governo eram os

bancos privados, em razão do Governo Dilma, em abril de 2012, ter ampliado a oferta de crédito dos bancos públicos para mais de 53% e forçando os bancos privados a diminuir suas taxas e consequentemente os seus lucros.

Durante o processo de *impeachment* alguns fatos foram reveladores. O áudio gravado sobre a fala do deputado Paulinho da Força é emblemático. “Tem muita gente querendo financiar”, disse Paulinho aos seus aliados golpistas. Se junta ao processo macabro o áudio do senador Romero Jucá: “É preciso estancar a sangria, com a Dilma não dá, é preciso colocar o Michel, num grande acordo nacional com o Supremo

e tudo. Então delimitava onde está”.

A presidenta Dilma, de fato, não compactuava com os corruptos e nem com a corrupção. Ao agir para tirar Furnas das mãos de Eduardo Cunha em 2011, Dilma se deparou com um inimigo de peso dentro do Congresso, capaz de provocar um nocaute no governo, pois segundo informações obtidas após sua prisão, o mesmo havia financiado o pleito de mais de duzentos deputados. Além disso, havia uma oposição liderada pelo senador Aécio Neves, que não aceitou mais uma derrota numa disputa que chegou a ser comemorada pela oposição um pouco antes da finalização total dos votos.



Em 22 de julho de 2015, Dilma vetou um reajuste de 78,6% pleiteado pelo Judiciário e atraiu para si mais um inimigo poderoso. Esse ato de coragem lhe custou, como vimos nos desdobramentos seguintes, a consolidação e legitimidade do golpe institucional pelo Judiciário. O caldo estava pronto com espionagem, Congresso, parte do Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal e Fiesp; mas os golpistas precisavam da opinião pública, e os meios de comunicação assumiram a tarefa de tornar preconceituosos de direita em heróis e símbolos da moralidade no combate à corrupção.

Na verdade, esses preconceituosos

estavam revoltados contra as políticas públicas que permitiram a ascensão social das classes tradicionalmente esquecidas pelas elites que historicamente governaram o país. Como exemplos importantes de políticas públicas, pode-se citar:

1. a promoção de reajustes do salário mínimo acima da inflação, o que beneficiava os trabalhadores e milhões de aposentados, já que mais de 70% dos beneficiários do INSS recebem até um salário mínimo;
2. a criação de milhões de empregos e redução significativa do desemprego à taxas baixíssimas,

alcançando a marca histórica de 4,3% em dezembro de 2014 – a menor da nossa história;

3. investimentos em educação, com a criação de 18 universidades e 500 campi, ampliando investimentos da ordem de 17 bilhões para 110 bilhões, em 2013;
4. na área da saúde, o investimento passou de 28 bilhões para 106 bilhões, além da criação do Samu, das Farmácias Populares, do Programa de Saúde da Mulher etc;
5. implantação de políticas de cotas, valorização das mulheres, dos quilombolas, dos indígenas, LGBTs etc;



6. distribuição e construção de milhões de cisternas e transposição do Rio São Francisco, levando esperança para milhões de nordestinos esquecidos e massacrados historicamente pela fome e miséria;
7. criação do Programa Luz Para Todos, que possibilitou a inclusão digital de milhões de brasileiros.

Mas o que mais incomodava a classe média era a ascensão provocada através do aumento expressivo de jovens universitários, passando de 2,7 milhões para mais de 8 milhões em 2013. Esse crescimento da oferta de vagas no ensino superior, somado às políticas de cotas, provocou um sentimento de repulsa da classe média ao governo e às esquerdas, que via nesse processo uma ameaça aos seus descendentes na ocupação dos bons empregos ofertados pelo Estado e pela iniciativa privada.

Com a união da oposição derrotada, os preconceituosos, os interesses do capital nacional (Fiesp) e internacional (EUA), o Congresso, o Judiciário e os meios de comunicação distorcendo e manipulando as informações, a presidenta Dilma foi isolada e covardemente derrubada do governo, cargo que havia conquistado nas urnas pelo voto de mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras.

Uma vez destituída a presidenta Dilma, deu-se início à destruição do Estado e todo tipo de rapinagem. A primeira foi conceder reajustes vul-



tosos às empresas de comunicação e cortar os recursos (apenas 0,6%) destinados à imprensa alternativa. Reforma Trabalhista; ataque às reservas do Banco Central; aprovação de Refis; perdão de dívidas a empresários com o CARF e o INSS; perdão de multas ambientais do grande latifúndio; entrega do pré-sal (mais de 20 trilhões); entrega da Base de Alcântara e do nosso satélite; pagamento aos fundos abutres de mais de US\$ 2 bilhões mesmo antes que a Justiça finalizasse o processo e promulgasse o veredito; isenção das petroleiras da ordem de um trilhão; redução das atividades das nossas refinarias em 30% e importação de óleo e gasolina dos EUA a preços abusivos; congelamento dos salários e aumento do custo de vida (alimentos, gasolina, gás, óleo diesel); aprovação da EC 95, que congela investimentos em saúde, educação e demais serviços públicos por vinte anos;

redução do orçamento de custeio do Estado; aumento do desemprego, dos moradores rua, da fome e do desespero de milhões de famílias.

Fase 2: a consolidação do Golpe

Entre 2003 e maio de 2014, a Polícia Federal realizou 2.226 operações, em comparação com 48 realizadas durante os oito anos de governo FHC. A grande maioria sem qualquer show de pirotecnia e muito menos com arbitrariedades jurídicas ou policiais. Além disso, os governos Lula/Dilma deixaram um grande legado de ações contra a corrupção.

Desde o primeiro mandato, leis importantes no campo da transparência pública e combate à corrupção, com orientação direta da Controladoria Geral da União (CGU), foram aprovadas no Governo Dilma: Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de



18 de novembro de 2011), Lei de Conflito de Interesses (Lei 12.813, de 16 de maio de 2013), Lei Anticorrupção (Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013), que pune com mais rigor as organizações criminosas e a lavagem de dinheiro. Além do fortalecimento da CGU, da Polícia Federal, da autonomia do Ministério Público e criação do Portal da Transparência.

A Operação Lava Jato começou em 2009, com a investigação de crimes de lavagem de recursos relacionados ao ex-deputado federal José Janene, em Londrina-PR. Além do ex-deputado, estavam envolvidos nos crimes os doleiros Alberto Youssef e Carlos Habib Chater.

Antigos conhecidos do escândalo do Banestado, onde se apurou desvios de mais de 120 bilhões de dólares entre 1996 a 2002, mesmo juiz, mesmo doleiro, nenhum preso, tudo prescrito. Quando se torna juiz federal, Sérgio Moro assume casos como

o escândalo do Banestado, a Operação Farol da Colina e auxilia a ministra Rosa Weber durante o julgamento do Mensalão. Mas o auge de Moro ocorre ao divulgar, em tempo recorde, uma conversa entre a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula, num momento crucial para a salvação do governo que apostava nas habilidades de diálogo do ex-presidente com o Congresso Nacional.

Os excessos da Polícia Federal se multiplicaram e levaram ao suicídio o reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, o Cau, após ser retirado da sua casa cercado por mais de cem policiais federais armados com fuzis, e conduzido à penitenciária, algemado e acorrentado, e colocado numa cela reservada a presos de alta periculosidade, despido na frente dos mesmos e submetido a exames íntimos, tudo realizado sob acompanhamento da mídia, que soube com antecedência dessa operação e se colocou em locais

privilegiados para fazer seu show de pirotecnia que repercutiu por todo o país. Tudo ilegal, nenhuma audiência, nenhuma intimação, baseado apenas em uma denúncia, que se comprovou, posteriormente, não ter qualquer fundamento.

Embora o suicídio de Cau tenha colocado um freio nessas ações arbitrárias, elas não cessaram. Vimos ao vivo a audiência de Moro com o ex-presidente Lula, em que o mesmo questionou o presidente sobre as reformas e instalação de um elevador no tal triplex do Guarujá. Lula nega veementemente, mas o juiz insiste que ele sabia.

Pois bem, alguns meses depois o MTST ocupa o imóvel e escancara para todo país que o tal triplex, que a mídia dias antes havia publicado fotos de uma mansão luxuosa, não passava de um apartamento simples, sem elevador e muito menos com aparência que havia sido realizada alguma re-

forma recente no imóvel. Conforme o livro *Comentários a uma sentença anunciada*, Lula foi condenado por fatos indeterminados, uma afronta clara da nossa Constituição – expressa em seu artigo 5º, inciso LVII.

Se não bastasse, Moro interferiu de forma ilegal e arbitrária na decisão de um desembargador, Rogério Favreto, que gozava de sua autoridade máxima, instituída legalmente pelo regimento do Tribunal, interrompendo as suas férias em Portugal e, por telefone, solicitou ao delegado plantonista que não cumprisse o alvará de soltura concedido a Lula pelo plantonista do TRF-4.

É de conhecimento público que o juiz Sérgio Moro não possui mais jurisdição sobre esse processo, que agora está sob a responsabilidade de juíza Carolina Lebbo. O delegado responsável passou a ligar para seus superiores e foi orientado a manter Lula preso enquanto eles dariam um jeito de anular a decisão do desembargador de plantão. A questão foi se arrastando até despacho do presidente do TRF-4, João Pedro Gebran Neto, contando com a interferência também do ministro da segurança pública, Raul Jungmann.

De acordo com os ritos jurídicos, a decisão do desembargador Rogério Favreto em conceder o habeas corpus a Lula só poderia ser revogada por um colegiado. Além disso, o habeas corpus concedido estava fundamentado num fato novo, da condição do ex-presidente ser pré-candidato e a juíza responsável pelo seu processo ter negado o direito do candidato de dar entrevistas ou gravar programas de

rádio e televisão, o que fere a constituição no que diz respeito à igualdade de direitos em relação aos demais candidatos.

É fato que o juiz Sérgio Moro comprometeu a mais importante qualidade de um juiz, sua imparcialidade, ao cometer reiteradas irregularidades jurídicas, ao posar para fotos com autoridades claramente inimigas de Lula e dar entrevistas para a mídia empresarial/familiar, que comprovadamente foi uma peça fundamental para o convencimento público da destituição de uma presidenta honrada e honesta e também por uma campanha caluniosa e periódica contra Lula e o PT.

Existe uma máxima referente aos magistrados que é a seguinte: juiz fala nos autos e não na imprensa. O Brasil tem um juiz popstar que adora holofotes.

O que está por trás da Lava Jato? Que forças poderosas estão interferindo no Estado e no Poder Judiciário? Faz parte do consciente coletivo

do povo brasileiro que a Justiça é lenta e morosa. Todavia, no caso do ex-presidente Lula, ocorre justamente o oposto: Moro, TRF-4 e STF agem de maneira excepcionalmente rápida, chega-se ao cúmulo de inverter pautas, descumprir regimentos, interromper férias, trabalhar sábados e domingos e, inclusive, atuar nas férias tão sagradas desses distintos magistrados.

Durante esse período de atuação da Lava Jato vimos todo tipo de arbítrios, tanto na atuação da Polícia Federal quanto na atuação do Ministério Público e dos tribunais. A delação premiada virou um balcão de negócios e a delação de Léo Pinheiro foi a que causou maior indignação pública e no meio jurídico.

Léo Pinheiro, cuja pena inicial era de dez anos e oito meses, teve a pena reduzida pelo TRF-4 para três anos e seis meses, em regime semiaberto, em “troca” de dizer que “Lula sabia”. E mesmo diante disso tudo, nada aconteceu para que o Judiciário voltasse a



exercer o seu papel constitucional!

Todos esses fatos ocorrem com a conivência das autoridades superiores e nos levam a fortes convicções de que no Brasil houve a aplicação de lawfare. Está em curso a implantação gradativa de um estado de exceção, com o Poder Judiciário interferindo no curso normal da política e impedindo que o povo soberanamente possa decidir qual o destino quer para o Brasil.

O golpismo pactuou com parte do Judiciário para manter Lula preso, mesmo sem qualquer prova material que justifique tal decisão. Por outro lado, eles não esperavam uma reação tão forte da sociedade, dos sindicatos, das centrais sindicais, dos intelectuais,

dos estudantes, dos trabalhadores, das mulheres e do povo em geral.

A consciência e as mobilizações por Lula Livre e garantia que o mesmo possa ser candidato vêm crescendo. Todas as pesquisas colocam Lula em primeiro lugar, com ampla vantagem sobre seus adversários. Cresce o entendimento político de que manter Lula encarcerado é uma afronta direta ao Estado Democrático de Direito e, caso isso não seja revertido, não haverá segurança jurídica para nenhum cidadão.

Além disso, caso Lula de fato seja impedido, qual a segurança que terá o próximo presidente em se manifestar contra os golpistas e seus aliados? Quem terá a coragem de reverter as

leis e os decretos implantados por esse governo golpista? O próximo presidente eleito, mesmo que fosse do campo da esquerda, diante do que fizeram com Lula e Dilma, que sabe que Lula sofreu todo tipo de perseguição, não só ele, mas toda a sua família por ousar colocar o povo pobre trabalhador no orçamento do país, terá coragem de enfrentar os golpistas?

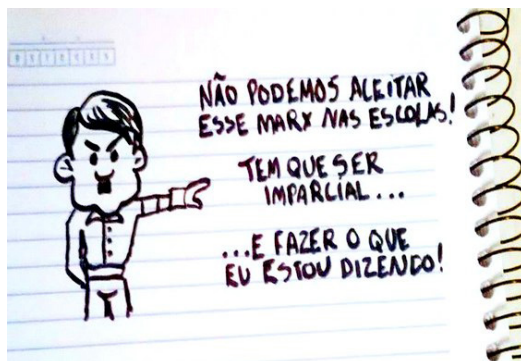
É por isso que defendemos a liberdade de Lula: porque amamos a nossa e sempre lutamos por justiça. Se Lula, que sofreu desde a sua infância, não for a esperança do povo sofrido desse país, quem o será? Quem não sofreu, não conhece a dor do outro. Lula Livre!



Golpe persegue professores: tradutor da obra de Marx e Engels é exonerado na Unifal

A perseguição aos professores e o desmonte da educação impostos pelo golpe seguem firmes. Primeiro o inquérito aberto pela Polícia Federal contra o reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier, que terminou em seu suicídio. Semana passada os professores Gilberto Maringoni, Valter Pomar e Giorgio Romano (UFABC) tiveram uma sindicância aberta pela administração da universidade por terem feito o lançamento do livro “A verdade vencerá”. Agora foi em Minas, na Unifal, onde um professor marxista foi exonerado sem motivos pela administração da universidade.

O professor Luciano Cavini Martorano, segundo o próprio site da Unifal, publicou no ano passado a nova tradução brasileira, pela Editora Martin Claret, de São Paulo, dos Manuscritos Econômico-Filosóficos direto do idioma alemão. Martorano “que já traduziu títulos como *Teoria materialista do Estado* (Ed. Revan), de Joachim Hirsch (*Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt – Alemanha*) é considerado um dos maiores estudiosos do tema do Estado”, diz o site da universidade.



A tradução dos Manuscritos Econômico-Filosóficos foi realizada diretamente da edição crítica alemã, publicada na coleção das Obras Completas de Marx e Engels (a *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, conhecida pela sigla MEGA2). “*Em grande medida, esses escritos adquiriram notável impacto por ser neles que Marx redigiu a famosa teoria da alienação do trabalho, que depois passou a ser utilizada em outras áreas como fonte para a análise crítica de variados objetos temáticos*”, anota o site da Unifal.

Veja nota de pesquisadores marxistas:

Nós, do Grupo de Trabalho História e Marxismo da ANPUH-RS, Gru-

po de Estudos sobre Marx (GMarx-USP) e Laboratório de Estudos Marxistas da Universidade de São Paulo (Lemarx-USP), em nota conjunta nos unimos a outros grupos marxistas de diferentes regiões do Brasil, bem como entidades estudantis e sindicais, para expressar nossa irrestrita solidariedade ao professor Luciano Martorano – importante tradutor de obras de Marx e Engels do alemão para o português – e manifestar nosso repúdio à arbitrária medida de exoneração por ele sofrida, em decisão da administração da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

Cumpre atentar ao fato de que a sua exoneração tem por base a justificativa de “*Desídia no Desempenho das Respectivas Funções*”, o que se refere a infrações como impontualidade, imperfeições na execução do trabalho, abandono de posto durante a jornada etc. Aquelas e aqueles diretamente envolvidos no cotidiano da Unifal – especialmente as alunas e alunos do professor Luciano Martorano – negam veementemente as acusações, denunciando, em suas próprias notas, o fato de que Martorano jamais sofreu



qualquer penalidade anterior e tampouco teve assegurado o amplo direito de defesa. Não é difícil relacionar a forma autoritária de tal decisão, nada comprometida com provas e argumentação (e muito menos com a comunidade acadêmica envolvida), com os arbítrios verificados especialmente no setor judiciário brasileiro.

Neste sentido, esta série de medidas disfarçadas sob a aparente neutralidade da técnica jurídica e institucional constitui uma clara violação de qualquer princípio de democracia na vida acadêmica, e como tal devem ser amplamente denunciadas e combatidas pelo que de fato o são: uma série de ataques ao ambiente acadêmico perpetrados por bandos de ins-

piração obscurantista coadunados com os piores retrocessos que o Brasil vem experimentando no processo de franca fascistização em curso (vide o agravamento da violação do direito à livre manifestação de pensamento e à liberdade de ensino).

Há menos de uma semana já assombrava a notícia da agressiva intimidação sofrida pelos professores Gilberto Maringoni, Valter Pomar e Giorgio Romano, da Universidade Federal do ABC (UFABC), devido a organização de um evento de lançamento do livro “A verdade vencerá”, de autoria do ex-presidente e atual preso político Luís Inácio Lula da Silva. A sindicância aberta pela administração universitária neste caso, a partir

de denúncia anônima, é composta de interrogatório similar ao verificado nos piores momentos da ditadura civil-militar.

A perseguição a grupos marxistas é bastante anterior ao contexto do golpe de 2016, não obstante intensificar-se com este. Urge a todas e todos que atuem de forma vigilante com medidas do tipo, que tendem a aumentar em número e aprofundar-se, jamais se furtando a amplamente denunciá-las. Esta denúncia implica, claro, também a de ocorrências preocupantes no que toca ao avanço de absurdos reacionários como o do projeto Escola Sem Partido, ponta de lança no avanço sem peias do capital sobre a educação.

*Matéria publicada no portal Carta Campinas –
www.cartacampinas.com.br*

O Dia D dos golpistas para a educação: a BNCC como farsa

**DIGA NÃO À
BNCC**
DO ENSINO MÉDIO
E PELA REVOGAÇÃO
DA LEI 13.415



Segundo o governo federal, através do MEC e do Consed, neste dia 2 de agosto a BNCC esteve em debate, neste arremedo chamado Dia D, que, segundo o sítio eletrônico do MEC, mobilizou cerca de meio milhão de professores e mais de 28 mil escolas públicas.

Mas que debate é esse que se apresenta nestes moldes, onde apenas num único dia se faz uma discussão desta magnitude? Como apenas neste único dia se pretenderá definir os conhecimentos essenciais que os estudantes brasileiros têm direito a acessar e se apropriar durante sua trajetória na educação básica, ano a ano, da creche ao ensino médio? Ainda, neste único

dia, a BNCC, com este pequeno debate, será capaz de orientar a construção do currículo das mais de 190 mil escolas de educação básica do país, públicas e particulares, atendendo as determinações legais da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)?

Mais do que nunca este governo se apresenta como golpista e projeta um ataque desta envergadura, capaz de desmontar toda a estrutura nacional da escola pública, arrumando um subterfúgio de que os educadores foram chamados para o debate. Não nos deixemos enganar! Não sigamos

suas recomendações e suas cartilhas!

Vamos continuar a defender a escola pública e o “Fora Temer” com sua política de destruição da educação pública. E não somente neste dia 2 de agosto, mas em todos os dias e espaços, denunciando a farsa do projeto de reformulação da BNCC.

Neste caricato dia 2 de agosto, intitulado Dia D, deixamos o nosso não à BNCC do desemprego e da privatização. Agora vamos rumo a um movimento nacional pela revogação da Reforma do Ensino Médio!

Sinasefe IF Baiano debate BNCC e Reforma do Ensino Médio

Na última quinta-feira (02/08), no campus Santa Inês do IF Baiano, durante os períodos da manhã e tarde, ocorreram debates sobre a reformulação da BNCC e a Reforma do Ensino Médio.

A atividade proposta é uma demanda oriunda das últimas reuniões pedagógicas/acadêmicas. Diante da lacuna e da repercussão/consequências da reformulação da BNCC e Reforma do Ensino Médio, o Sinasefe IF Baiano sentiu a necessidade de debater os temas com estudantes e servidores – sujeitos diretamente envolvidos nesse processo, mas sem voz.

O que muda no ensino médio? Qual o futuro da educação pública no Brasil? A quem interessa as reformas e os projetos neoliberais? Quais os impactos destes ataques à Rede Federal de Educação, em especial ao IF Baiano? Questões como estas foram profundamente debatidas pela comunidade. Participaram dos debates representantes do campus Santa Inês, do Grêmio Estudantil, do Sinasefe IF Baiano, do Grupo de Trabalho (GT) do campus que discute a BNCC, bem como um ilustre convidado, o historiador Moisés Leal Moraes (docente do campus Catu do IF Baiano).

Diante das ameaças por parte das políticas de Temer e por conta dos desafios lançados e da unidade e enfrentamentos que a conjuntura nos exige, precisamos reafirmar mais do que nunca e em uma só voz que Educação não é mercadoria!



155ª PLENA do SINASEFE: Todos à Curitiba-PR

Após um período turbulento, em que alguns setores do SINASEFE NACIONAL

relutaram em admitir que o que estava em curso no Brasil a partir de 2016 era um golpe, a 154ª PLENA, realizada em Brasília-DF nos dias 9 e 10 de junho, deu um passo importante a fim de reverter essa lacuna: aprovou com ampla maioria dos votos a realização da 155ª PLENA na cidade de Curitiba-PR, nos dias 4 e 5 de agosto.

A decisão da categoria pela realização da PLENA neste final de semana na cidade de Curitiba-PR está em harmonia com os anseios da base do SINASEFE em todo Brasil, por tratar-se de um território que se tornou referência de luta em defesa da democracia e pela liberdade de Luiz Inácio Lula da Silva – o único preso político brasileiro.

Território este que levava o nome apenas de “República de Curitiba”, mas que agora apresenta-se como a atual capital dos movimentos sociais, cidade que tem aglutinado trabalha-

dores e trabalhadoras de todos os cantos deste país.

A defesa do Lula Livre não pode ser encarada apenas, e de modo despolitizado, como um pseudodilema, e sim como um movimento simbólico capaz de unificar os trabalhadores na defesa histórica das liberdades democráticas.

Não há como separar os severos ataques à Rede Federal de Educação dos ataques à liberdade de Lula, bem como ao seu direito de se candidatar nas eleições 2018.

Seria um grande erro histórico a indiferença em relação à prisão do ex-presidente da forma “lava jatus” como se deu: parcial e seletiva.

Isso tudo se explica a partir da pesquisa do professor doutor Ricardo Costa Oliveira, do Departamento de Ciências Sociais da UFPR, que tem como título “Prosopografia familiar da ‘Operação Lava Jato’ e do ministério Temer”, de 2017, que descreve a genealogia e as relações de personagens como Santos Lima, seu colega procurador Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa, e o juiz Sérgio Moro. Um total de 16 pessoas participantes da maior operação de combate à cor-

rupção da história brasileira.

Com a pesquisa, ficou “evidente” a “forma seletiva” como Moro e a força-tarefa “escolheram os alvos políticos”. Resolveram ignorar o histórico de corrupção privada sobre o Estado desde o período da ditadura. Preferiram “inviabilizar o governo Dilma, o PT e perseguir e desmoralizar o ex-presidente Lula”.

O que explica a origem ideológica e metodológica da perseguição sistemática a Luiz Inácio Lula da Silva pelo “tribunal do ódio” de Curitiba? Então, “a grande teia de nepotismo e familismo explica muito do atraso, falta de justiça e desigualdades no Paraná e Curitiba, locais em que famílias com mentalidades políticas do ‘Antigo Regime’ ainda mandam e dominam”.

Assim, foi acertada a decisão legítima e democrática da 154ª PLENA de levar para Curitiba-PR a 155ª PLENA, e, além disso, denunciar toda a farsa do judiciário brasileiro através da defesa das liberdades democráticas, aliadas aos combates contra os ataques que estamos sofrendo, sem dissociar e fragmentar as análises em relação à conjuntura que se apresenta. Façamos valer a liberdade!

Expediente

Esta é uma publicação do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.
Plantonistas responsáveis: Carlos Magno Sampaio (coordenação geral) e Isaías dos Santos (coordenação de aposentados)
Diretores de Comunicação: Lucrécia Iacovino e Michel Torres
Edição e Revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)
Design Gráfico: Flávia Destri Garcia
Contatos: dn@sinasefe.org.br e imprensa@sinasefe.org.br
Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br

Filiado à



Fale com o Sinasefe
Fone:
(61)
21924050

